CARTA CONVITE Nº 04/2023 - EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2023

MENOR PREÇO POR ITEM.

1. PREÂMBULO

1.1. Convidamos V. Sa. a apresentar, perante a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Itiquira - MT, inscrita no CNPJ sob o nº 00.176.362/0001-38, localizada na Rua João Batista Vidotti , nº 407, Bairro Santo Antônio, CEP nº 78.790-000, PROPOSTA para o **OBJETO** indicado neste edital, pertinente à LICITAÇÃO que será **realizada no dia 30 de outubro de 2023, ás 09:00hrs (horário de Cuiabá-MT)**, na modalidade **CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** de acordo com o que determina a Lei Federal 8.666/93, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Lei Municipal 663/2009 e normas legais e regulamentares aplicáveis e as cláusulas e condições deste ato convocatório.

1.2. A contratação a ser realizada será de forma indireta.

1.3. Os documentos de habilitação, bem como, a proposta, deverão ser ENTREGUES no local supra indicado (não será recebido via e-mail), em envelopes fechados, distintos, com identificação externa do seu conteúdo, na forma descrita abaixo, **até as 08:00 hrs** (horário de Cuiabá-MT) da **data acima designada**, sendo ABERTOS a seguir, observado o devido processo legal.

ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA - MT
CONVITE Nº 04/2023
(RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA)

ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA FINANCEIRA
CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA - MT
CONVITE Nº 04/2023
(RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA)

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

1.4. **A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar "Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte"** visando ao exercício dos direitos previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/06 e suas alterações e lei municipal 663/2009, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VI** deste Edital, e apresentada, preferencialmente, **FORA** dos Envelopes nº 1 (Habilitação) e nº 2 (Proposta).

1.5. Integram este ato convocatório os seguintes ANEXOS:

I – TERMO DE REFERÊNCIA

II – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA;

III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONFORME O DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL

IV– MODELO DE DECLARAÇÃO - concordância com os termos do presente instrumento convocatório e de inexistência de fatos impeditivos de sua habilitação ou punições que a impeçam de participar desta licitação.

V– MODELO DE PROCURAÇÃO.

VI - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

VII– MINUTA DO CONTRATO.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem como objeto a aquisição de 04 (quatro) impressoras, para atender a demanda da Câmara Municipal de Itiquira, conforme abaixo detalhado:

ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO DO OBJETO
01	03	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER – IMPRESSÃO, DIGITALIZÃO, CÓPIA E FAX, TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASER ELETRO FOTOGRÁFICO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO EM PRETO - NO MÍNIMO 52/50 PPM (CARTA/A4); RESOLUÇÃO DA IMPRESSÃO, NO MÍNIMO: ATÉ 1200X1200 DPI; MEMÓRIA PADRÃO: NO MÍNIMO 1 GB, VELOCIDADE DA CPU - NO MÍNIMO (PROCESSADOR) 800MHZ, QUE ATENDA MENSALMENTE UM VOLUME DE

		IMPRESSÃO DE NO MINÍMO: 10.000 CÓPIAS/IMPRESSÃO; CAPACIDADE DA BANDEJA DE PAPEL: NO MÍNIMO 500 FOLHAS; CAPACIDADE DE SAIDA DO PAPEL - NO MÍNIMO 250 FOLHAS; BANDEJA MULTIUSO: NO MÍNIMO 50 FOLHAS; CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DUPLEX FRENTE/VERSO); RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO INTERPOLADA (DPI) NO MÍNIMO ATÉ 19200X19200 DPI, RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO OPTICA (DPI) DE NO MÍNIMO 1200X1200 DPI; FORMATOS (EXPORTAÇÃO) JPEG.PDF SINGLE-PAGE/MULTI-PAGE (PDF SEGURO, PDF PESQUISAVEL, PDF/A), TIFF SINGLE-PAGE/, INTERFACE DE REDE EMBUTIDA WIRELES 802.22 B/G/N, GIGABIT THERNET, HI-SPEED USB MULTI-PAGE, TXT, BMP,XML, PPTX, XPS, PNG 2.0, COMPATIBILIDADE COM O DRIVE DE IMPRESSORA WINDOWS. VOLTAGEM 127 V.
02	01	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL 120VOLTS JATO DE TINTA COLORIDA WI-FI, COM FUNÇÕES DE IMPRIMIR, COPIAR, DIGITALIZAR E FAX. IMPRESSÕES DE ATÉ TAMANHO A3; DUPLEX AUTOMÁTICO COM RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DE NO MÍNINO 4.800 X 1.200DPI, CONEXÃO DE USB 2.0, ETHERNET WIRELESS, COM CARTUCHOS DE TINTA EM ALTO RENDIMENTO E PADRÃO. VOLTAGEM: 110/127VOLTS, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE UM LADO: NO MÍNIMO, ATÉ 30PPM EM PRETO E A CORES; RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: CLASSIFICAÇÃO DE 4.800 X 1.200DPI. VELOCIDADE DE CÓPIA NO MÍNIMO DE 4 ATÉ 25/16 IPM PRETO E A CORES; RESOLUÇÃO DE COPIA NO MINIMO 3 ATÉ 600 X 600 DPI. REDUZÃO/AMPLIAÇÃO DE CÓPIA 25% - 400% EM INCREMENTOS DE 1%. OPÇÕES DE CÓPIA: EMPILHAR, CLASSIFICAR N-EM-1, CÓPIA DE ID, AJUSTAR A PÁGINA, CÓPIA DE LIVRO APRIMORADA, CÓPIA DE MARCA DA ÁGUA, REMOÇÃO DE COR DE

3

		FUNDO, PÔSTER, DIGITALIZAR. TIPO DE ESCANER: VIDRO DISPOSIÇÃO COLORIDO. TAMANHO DA DIGITALIZAÇÃO/CÓPIA ATÉ A3, DUPLO CARTA. RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO: VIDRO: 1.200 X 1.200 DPI. VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO NO MININO ATÉ 25 IPM PRETO E A CORES. VOLTAGEM 127 V..

2.1. DETALHAMENTO DO OBJETO:

O detalhamento consta no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

3. DO PREÇO

3.1. Estima-se o valor máximo por item, nos seguintes:

a) Item 1 = Valor máximo por item: R$ 6.572,25 (seis mil, quinhentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

b) Item 2 = Valor máximo por item: R$ 5.618,87 (cinco mil, seiscentos e dezoito mil e oitenta e sete centavos).

c) O valor global estimado deverá equivalerão constante no mapa comparativo desta licitação, ou seja, em **R$ 25.335,62** (vinte e cinco mil, trezentos e trinta cinco reais, e sessenta e dois centavos), com base nos parâmetros dispostos no ANEXO I deste edital – termo de referência.

3.2. Os valores indicados acima, correspondem à média dos preços praticados no mercado e foram apurados para efeito de estimar-se o valor do objeto em licitação, não vinculando as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendidos os fatores e critérios de julgamento estabelecidos neste ato convocatório.

3.3. Cada concorrente deverá computar no preço, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.

3.4. A Administração poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, I e § 1°, da Lei Federal n°. 8.666/93.

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antônio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa correrá pelo Código de Despesa: Ficha 01, Dotação: **01.031.001.1186.0000 Aquisição de equipamentos e material permanente – 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATRIAL PERMANENTE.**

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Além das que foram regularmente convidadas, podem participar deste procedimento outras empresas, microempresas ou empresas de pequeno porte que atuam no ramo, cuja finalidade social abranja o objeto desta licitação, desde que cadastradas na correspondente especialidade neste órgão, e que tenham manifestado seu interesse com antecedência de até 24 horas da data e horário indicado no preâmbulo deste instrumento. A manifestação dar-se á, requerimento, podendo o mesmo ser feito presencialmente ou por e-mail (licitacao@itiquira.mt.leg.br) a Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT, com apresentação do certificado de cadastro.

5.2. **Não poderão participar desta licitação as empresas:**

5.2.1. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, IV da Lei 8.666/93;

5.2.2. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de ITIQUIRA - MT, nos termos do artigo 87, III da Lei 8.666/93;

5.2.3. Que estejam estabelecidas sob a forma de consórcio;

5.2.4. Que possuam a participação, direta ou indireta, caracterizada pela existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, de qualquer servidor ou dirigente, mesmo comissionado, desta Câmara Municipal, ou de qualquer outro participante por ela designado para constituir comissões que participem desta licitação;

5.2.5. Impedidas de participar, por ato de ofício da Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT, em virtude de inidoneidade praticada anteriormente, por constatação de irregularidades no cadastro, ou qualquer outro fator superveniente.

6. DOS ENVELOPES

6.1. O **"Envelope nº 1 – Habilitação"** deve conter documentos relativos à habilitação, que deverão ser apresentados por **todas** as licitantes, sendo composto por:

6.1.1. **REGISTRO CADASTRAL:** no caso de empresa especializada **não** convidada, **CERTIFICADO** de registro cadastral emitido pela Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT.

6.1.2. REGULARIDADE JURÍDICA, FISCAL e TRABALHISTA:

a) Ato constitutivo da licitante, conforme o caso: estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, devendo, ainda, apresentar as alterações contratuais que forem determinadas por eventual alteração no quadro social.

a1) Registro comercial, no caso de empresa individual;

a2) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

a3) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

c1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, **inclusive** créditos tributários relativos às **contribuições sociais,** expedida pela Secretaria de Receita Federal (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c2) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei (Art. 29, III da lei 8666/93)

c.2.1) para empresa de domicílio tributário do Estado de Mato Grosso a certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários e não tributários estaduais geridos pela procuradoria-geral do estado e pela Secretaria de Estado de Fazenda, conforme parâmetros constantes no Anexo I da Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ;

c3) Prova de regularidade com os tributos municipais, expedida pela prefeitura do respectivo domicílio tributário;

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), perante a apresentação da Certidão de Regularidade do FGTS, vigente à época da abertura dos envelopes de habilitação;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, incluindo pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

f) A fim de comprovar o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, as licitantes assim enquadradas deverão apresentar:

f1) Certidão de Enquadramento de ME ou EPP", conforme o caso, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial do Estado **e**;

f2) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VI** deste Edital.

6.1.2.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**; (LC nº 123 art. 42 e suas alterações e Lei Municipal 663/09).

6.1.2.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião de habilitação, **deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;** (LC nº 123, art. 43, caput, e suas alterações).

6.1.2.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis, a contar da declaração de vencedor do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a **regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**; (LC nº 123 art. 43 e suas alterações).

6.1.2.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 6.1.2.3, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes **para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório;**

6.1.3. OUTRAS COMPROVAÇÕES;

a) Declaração da Licitante de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis

anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos), nos moldes do constante no **Anexo III;**

b) Declaração da licitante de que concorda com os termos do presente instrumento convocatório e de que inexistem fatos impeditivos de sua habilitação ou punições que a impeçam de participar de licitações promovidas por órgãos ou entidades públicas, na forma do **Anexo IV;**

6.1.5. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados por cópia autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado por um dos membros da Comissão Permanente de Licitações no ato de sua apresentação.

6.1.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

6.1.7. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

6.1.8. Se o licitante se constitui em matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.1.9. A Comissão Permanente de Licitações diligenciará efetuando consulta na Internet junto aos *sites* dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

6.1.10. Caso se comprove a limitação de mercado ou o desinteresse das Empresas convidadas, fatos que serão consignados em ata pela Comissão, a licitação terá prosseguimento mesmo sem o comparecimento mínimo de 3 (três) concorrentes em condições de propor (art. 22, § 7º, da Lei Federal nº 8.666/93).

6.1.11. A concorrente poderá ser representada no procedimento licitatório por seu (s) representante (s) legal (is), ou por procurador munido de procuração, conforme consta do **Anexo V** – MODELO DE PROCURAÇÃO, apresentada até o início da sessão de abertura dos envelopes. A falta de representante munido de procuração não impede a participação no certame, porém a concorrente não poderá exercer, no ato da sessão, os direitos que dependam da manifestação daquele representante.

6.1.12. Os documentos de habilitação serão acondicionados em envelope fechado, enunciando externamente os dizeres estipulados no subitem 1.3;

6.1.13. A licitante fica obrigada a declarar quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação, bem como punições sofridas que a impeçam de participar de licitação promovida por órgão ou entidade pública.

6.2. O "Envelope nº 2 – Proposta Financeira" deverá conter:

6.2.1. O **Anexo II** – FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA, que acompanha este ato convocatório, deverá ser utilizado, preferencialmente, para a apresentação da Proposta.

6.2.2. Deverão estar consignados na proposta:

a) Dados cadastrais;

b) Indicação obrigatória dos preços unitários e total global, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;

c) Indicação do representante legal que firma a proposta e sua assinatura;

d) Declaração, atestando que, se vencedora desta licitação, compromete-se a executar o objeto desta licitação, dentro dos prazos, especificações e quantitativos constantes deste edital e seu Portaria Conjunta nº 008/2018-PGE/SEFAZ.

6.2.3. Cada concorrente deverá computar no preço que cotar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.

6.2.4. Os preços ofertados deverão ser equivalentes aos praticados no mercado, na data da apresentação da proposta.

6.2.5. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua apresentação.

6.2.6. A proposta deverá ser acondicionada em envelope fechado, enunciando externamente os dizeres estipulados no subitem **1.3.**

6.2.7. Adotar-se-á como critério de aceitabilidade de preços, o valor máximo por item indicado no **Anexo I** – TERMO DE REFERÊNCIA, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam ou que sejam manifestamente inexequíveis (art. 40, X e 48, II e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93).

6.2.8. Os preços ofertados permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos termos da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, que deverá ser comprovado pelo Contratado mediante apresentação de planilha de composição de custos e deferido pela Contratante.

6.2.9. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, bem como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

6.2.10. A apresentação da proposta implicará na aceitação tácita de todas as cláusulas deste edital da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, Lei Municipal 663/09, e demais normas suplementares aplicáveis.

7. DO JULGAMENTO

7.1. A Comissão abrirá, em primeiro lugar, os envelopes relativos à documentação de habilitação. Os membros da Comissão e os representantes credenciados examinarão e rubricarão cada documento. Serão inabilitadas as empresas cuja documentação não satisfizer as exigências deste ato convocatório. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso, suspendendo-se o certame até o seu julgamento.

7.1.1 – Caso alguma ME ou EPP apresente documentação relativa à regularidade fiscal ou trabalhista defeituosa, proceder-se-á conforme descrito no item 6.1.2.1 e seguintes, dando sequência a abertura dos envelopes mesmo que estas apresentem alguma irregularidade na documentação de regularidade fiscal.

7.2. Encerrada a fase de habilitação pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes do direito de recorrer, a Comissão devolverá, fechados, os envelopes de proposta às licitantes inabilitadas, cujos representantes retirar-se-ão da sessão ou nela poderão permanecer como assistentes, sem o direito de postular ou de recorrer nas fases subsequentes.

7.3. A Comissão abrirá os envelopes de proposta das licitantes habilitadas, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste ato convocatório.

7.4. Será considerada vencedora, para cada item, a proposta que atenda às especificações e oferte o **Menor Preço por Item.**

7.5 - Serão desclassificadas:

7.5.1. As propostas que não atendam às exigências deste ato convocatório;

7.5.2 - As propostas com valores superiores ao estabelecido neste edital, conforme **Anexo I**;

7.5.3 - Com preços manifestamente inexequíveis, considerando estes, aquelas propostas cujos valores sejam inferiores a 70% do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

7.6 As propostas serão classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis.

7.7 Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos: (LC nº 123 art. 44 caput).

7.7.1. Entende-se por **empate** aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada; (LC nº 123 art. 44 parágrafo 1º).

7.7.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta inferior àquela mais bem classificada no certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado; (LC nº 123 art. 45, inc. I).

7.7.3 Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 1 (um) dia útil após a notificação formal da classificação provisória.

7.7.4 A nova proposta deverá ser apresentada no formato exigível no item 6.2 deste edital, inserida em envelope fechado, com a indicação dos seguintes dados:

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA - MT

ENVELOPE DE PROPOSTA FINANCEIRA RENOVADA - LC nº 123/2006 e LEI MUNICIPAL 663/2009

CARTA CONVITE Nº 04/2023

RAZÃO SOCIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

11

7.7.5 Se houver equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem

7.7.5.1 Será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar melhor oferta; (LC nº 123 art. 45 inc. III).

7.7.5.2 Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no item 7.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (LC nº 123 art. 45, inc. II).

7.7.6.1 **O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;**

7.6.7 Uma vez exercido o direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentada por elas proposta

de preço inferior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (LC nº 123 art. 45, § 1).

7.7.8 Caso se comprove a limitação de mercado ou o desinteresse das convidadas, fatos que serão consignados em ata pela Comissão, a licitação terá prosseguimento, mesmo sem o comparecimento mínimo de 3 (três) concorrentes em condições de propor (art. 22, § 7º, da Lei Federal nº 8.666/93).

7.7.9 – Caso todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de três dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93. (§ 3.º, artigo 48 da Lei nº 8.666/93).

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Em até **2 (dois) dias úteis** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório;

8.2. As impugnações devem ser protocoladas na sede da Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal.

8.2.1. Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8.3. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

8.4. Dos atos da Administração cabem recurso, que deverão ser protocolados na sede da Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT no prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da intimação do ato ou da lavratura da Ata.

8.4.1. Os recursos administrativos serão dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, devendo ser entregues na sede da Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT, sendo processados e julgados na conformidade do art. 109 da Lei Federal 8.666/93.

8.4.2. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 2 (dois) dias úteis.

8.4.3. Na hipótese de interposição de recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado à autoridade competente;

8.4.4. O recurso contra decisão da Comissão terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.4.5. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;

9. DA CONTRATAÇÃO:

9.1. As obrigações oriundas desta licitação serão formalizadas mediante a celebração de termo de contrato, cuja minuta integra esta carta convite como **Anexo VII**.

9.1.1. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito do adjudicatário perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com os prazos de validade vencidos, a Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.1.1.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 9.1.1, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar;

9.1.2. O adjudicatário deverá assinar o instrumento de contrato no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório.

9.1.3. Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 9.1.1, ou se recusar a celebrar a contratação, será convocado outro licitante na ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.

9.1.4. Caso a documentação de regularidade fiscal da(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a regularidade fiscal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a

contar da declaração de vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, (art. 43, § 1°, da Lei complementar 123/2006, e suas alterações).

9.1.4.1. Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, facultar-se-á a Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT:

a) a retomada, em sessão pública, dos procedimentos relativos a esta licitação;

b) a revogação da licitação (LC n° 123. art. 43, § 2° e suas alterações).

9.2. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

9.3. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

9.4. A Administração poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, I e § 1°, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, e seu prazo de execução será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços, prorrogáveis na forma do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.6. O foro do contrato será o da Comarca de Itiquira – MT.

10. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA ENTREGA DO OBJETO

10.1 - Os produtos deverão ser entregues conforme as especificações e condições estabelecidas no **Anexo I** – Termo de Referência deste edital e serão acompanhados e recebidos por preposto ou comissão de fiscalização designada pela Câmara Municipal, ou através de terceiros, contratados especificamente para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

10.2 A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.3 A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93).

10.4 Executado, o objeto será recebido.

11. DAS SANÇÕES

11.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

b) aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Federal 8.666/93.

11.2 O atraso injustificado na execução do contrato, ou seja, na entrega do objeto licitado, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 Lei 8.666/93, sujeitará à empresa adjudicatária a multa de mora, calculada por dia de atraso sobre a obrigação não cumprida, na seguinte proporção:

a) atraso ou interrupção injustificada de até 15 (quinze) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia;

b) atraso ou interrupção injustificada entre 15 (quinze) e 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia;

c) atraso ou interrupção injustificada superior a 30 (trinta) dias, estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no contrato, sujeitando-se à aplicação das penalidades previstas na Lei;

11.2.1 - Para cálculo da multa prevista, deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida;

11.3. Pela inexecução total ou parcial da obrigação decorrente desta licitação, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

a) multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida;

b) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

11.4. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

Pela não-regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto no subitem 6.1.2.3 deste ato convocatório, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante multa

equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado para a contratação do objeto, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

11.5. O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

O valor das multas será recolhido aos cofres municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

12. DO PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos dos valores contratados serão efetuados em até 30 (trinta) dias após apresentação e aceitação da respectiva nota fiscal, onde deverão constar o descritivo o objeto devidamente detalhado.

12.2. Se forem constatados erros na nota fiscal, ou respectivos documentos, o prazo supramencionado só começará a fluir após a apresentação do documento corrigido, sem pagamento de encargos financeiros.

12.3.Os pagamentos das parcelas ficam condicionados:

a) A habilitação da empresa, conforme mencionado neste edital;

b) A entrega do objeto, conforme proposta vencedora.

13. DAS INFORMAÇÕES

13.1. A Comissão Permanente de Licitações prestará todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07 às 13 horas, na sede da Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT, ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.leg.br.

13.2. Esclarecimentos de natureza técnica deverão ser requeridos por escrito, e assim serão respondidos, com cópia para todos os interessados, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data indicada no subitem 1.1 deste ato convocatório.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. Todas as comunicações referentes a este certame serão afixadas no Quadro de Avisos da sede da Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT, além de efetuadas diretamente aos interessados.

ITIQUIRA – MT, 20 de outubro de 2023.

Câmara Municipal de ITIQUIRA – MT
Rosângela Batista dos Santos
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria Legislativa 87/2023

Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT
José Carlos Batista
Vereador/Presidente

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Este Termo de Referência visa estabelecer parâmetros para o processo de aquisição de equipamento permanente (impressora multifuncional), para atender da demanda interna do Poder Legislativo de Itiquira-MT, descrito no item 2 deste termo.

1.2. O respectivo termo, estabelece normas gerais e específicas, para aquisição do objeto deste termo e deve ser considerado como complementar às demais exigências dos documentos contratuais.

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a aquisição de material permanente 04 (quatro) impressoras multifuncionais, para atender a demanda da Câmara Municipal de Itiquira,

ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO DO OBJETO
01	03	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER – IMPRESSÃO, DIGITALIZÃO, CÓPIA E FAX, TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASER ELETRO FOTOGRÁFICO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO EM PRETO - NO MÍNIMO 52/50 PPM (CARTA/A4); RESOLUÇÃO DA IMPRESSÃO, NO MÍNIMO: ATÉ 1200X1200 DPI; MEMÓRIA PADRÃO: NO MÍNIMO 1 GB, VELOCIDADE DA CPU - NO MÍNIMO (PROCESSADOR) 800MHZ, QUE ATENDA MENSALMENTE UM VOLUME DE IMPRESSÃO DE NO MINÍMO: 10.000 CÓPIAS/IMPRESSÃO; CAPACIDADE DA BANDEJA DE PAPEL: NO MÍNIMO 500 FOLHAS; CAPACIDADE DE SAIDA DO PAPEL - NO MÍNIMO 250 FOLHAS; BANDEJA MULTIUSO: NO MÍNIMO 50 FOLHAS; CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DUPLEX FRENTE/VERSO); RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO INTERPOLADA (DPI) NO MÍNIMO ATÉ 19200X19200 DPI,

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

		RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO OPTICA (DPI) DE NO MÍNIMO 1200X1200 DPI; FORMATOS (EXPORTAÇÃO) JPEG.PDF SINGLE-PAGE/MULTI-PAGE (PDF SEGURO, PDF PESQUISAVEL, PDF/A), TIFF SINGLE-PAGE/, INTERFACE DE REDE EMBUTIDA WIRELES 802.22 B/G/N, GIGABIT THERNET, HI-SPEED USB MULTI-PAGE, TXT, BMP,XML, PPTX, XPS, PNG 2.0, COMPATIBILIDADE COM O DRIVE DE IMPRESSORA WINDOWS. VOLTAGEM 127 V.
02	01	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL 120VOLTS JATO DE TINTA COLORIDA WI-FI, COM FUNÇÕES DE IMPRIMIR, COPIAR, DIGITALIZAR E FAX. IMPRESSÕES DE ATÉ TAMANHO A3; DUPLEX AUTOMÁTICO COM RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DE NO MÍNINO 4.800 X 1.200DPI, CONEXÃO DE USB 2.0, ETHERNET WIRELESS, COM CARTUCHOS DE TINTA EM ALTO RENDIMENTO E PADRÃO. VOLTAGEM: 110/127VOLTS, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE UM LADO: NO MÍNIMO, ATÉ 30PPM EM PRETO E A CORES; RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: CLASSIFICAÇÃO DE 4.800 X 1.200DPI. VELOCIDADE DE CÓPIA NO MÍNIMO DE 4 ATÉ 25/16 IPM PRETO E A CORES; RESOLUÇÃO DE COPIA NO MINIMO 3 ATÉ 600 X 600 DPI. REDUZÃO/AMPLIAÇÃO DE CÓPIA 25% - 400% EM INCREMENTOS DE 1%. OPÇÕES DE CÓPIA: EMPILHAR, CLASSIFICAR N-EM-1, CÓPIA DE ID, AJUSTAR A PÁGINA, CÓPIA DE LIVRO APRIMORADA, CÓPIA DE MARCA DA ÁGUA, REMOÇÃO DE COR DE FUNDO, PÔSTER, DIGITALIZAR. TIPO DE ESCANER: VIDRO DISPOSIÇÃO . COLORIDO. TAMANHO DA DIGITALIZAÇÃO/CÓPIA ATÉ A3, DUPLO CARTA. RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO: VIDRO: 1.200 X 1.200 DPI. VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO NO MININO ATÉ 25 IPM PRETO E A CORES. VOLTAGEM 127 V..

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

1.2. DETALHAMENTO DO OBJETO:

A) ITEM 01:

Características Principais

- Tela touchscreen: Fácil navegação no menu do equipamento que permite a criação de no mínimo 48 atalhos personalizados. Além disso, digitalização em nuvem empresariais, tela sensível ao toque, incluindo: EVERNOTE, DROPBOX, GOOGLE DRIVE ™ ONENOTE e dentre outros.
- Frente e verso automático nas funções Impressão Cópia e Digitalização.

Especificações técnicas:

Impressão: Padrão de impressão frente e verso; velocidade de impressão em preto A4 no mínimo 50 ppm; velocidade de impressão em preto Carta no mínimo 52 ppm; tipo de consumível – cartucho de toner e unidade de cilindro; velocidade de CPU no mínimo 800 MhZ; resolução de impressão no mínimo 1200x1200 dpi; tecnologia de impressão – monocromática; compatibilidade com o driver de impressora – Windows, Mac OS, Linux.

Conectividade e compatibilidade: Interface(s) padrão – Wireless 802.11 b/g/n, Ethernet 10/100 Base-TX, Wi Fi Direct, Hi-Speed USB 2.0; Certificação Wi-Fi.

Cópia: Velocidade de cópia em preto A4 mínimo de 50 ppm; velocidade de cópia em preto carta no mínimo 52 ppm; capacidade de cópia – monocromática; resolução de cópia 1200x600 dpi; estilo de desenhos – Flatbet (vidro de exposição); cópia frente e verso; cópia de documentos de identidade; função N em 1 2em1/ 4em1; redução/ampliação 25%-400%; função de classificação; cópia autônoma.

Scan: Digitalização frente e verso; software incluso; Resolução de varredura interpolada no mínimo de 19200x19200 dpi; aplicativo de digitalização para dispositivos móveis; resolução de digitalização óptica no mínimo 1200x1200 dpi (vidro de exposição), 600x600 dpi (ADF);

sistemas operacionais compatíveis com o driver de digitalização – Windows, Mac OS, Linux; capacidade de digitalização – monocromática e colorida.

Fax: Cabeçalho de data/hora de recebimento de fax automático; transmissão (números de locais) 350; pronto para toque diferenciado; backup de documentos na memória; interface TAD externa; velocidade do fax-modem no mínimo 33,6 Kbps; capacidade de envio de fax – monocromática; interruptor de fax/telefone; recepção sem papel; capacidade de PC-Fax (envio/recepção); digitalização rápida/transmissão da memória: 2,5; total de posições de discagem automática: 208.

Tratamento de papel: Capacidade do alimentador automático de documentos até 80 páginas; capacidade de impressão frente e verso; entrada máxima do ADF (largura/altura) 215,9/355,6 mm (8,5/14 pol.);

Tipo de mídia – comum, bond, papel reciclado, etiquetas, envelopes (#10), papel colorido, timbrado; entrada mínima do ADF (largura/altura) 148/148 mm (8,5/14 pol.); capacidade da bandeja multifuncional no mínimo 50 páginas; capacidade de saída e papel no mínimo 250 páginas; Tamanho do papel duplex carta, ofício; tamanho do papel – bandeja multiuso – carta, envelope, tamanhos personalizados, ofício, A4, A5, A6; gramatura da folha – ADF (mim./máx.) 64-90 g/m²; gramatura da folha – bandeja multiuso (mín./máx.) 60-200 g/m²; gramatura da folha – bandeja de papel (min./máx.) 60-120 g/m²; função de classificação; capacidade padrão de entrada de papel mínimo 520 páginas.

Recursos de segurança: Funções de segurança – Secure Print (impressão segura).

Energia: Voltagem CA 127V. 50/60Hz; ruído da máquina (pronto/impressão) 35 dB/ 57 dB.

B) ITEM 02:

Características Principais

Impressão: Padrão de impressão frente e verso; velocidade de impressão em preto A4 no mínimo 35 ppm monocromático/ 32 ppm colorido; velocidade de impressão em preto carta no máximo 30 ppm; impressão sem margens; velocidade de impressão em cores A4 no mínimo 35

João Cleiton Meyllen

ppm; velocidade de impressão em cores carta no mínimo 30 ppm; tipo de consumível – cartucho de tinta; função email print; Tempo de saída da primeira página no mínimo 4.4 (preto/ 4.6 colorido); resolução de impressão no mínimo 4800x1200 dpi; tecnologia de impressão – jato de tinta; compatibilidade com o driver de impressora – Windows, Mac OS, Linux.

Conectividade e compatibilidade: Digitalizar para dispositivos móveis, digitalizar para PDF pesquisável, encaminhamento de fax para nuvem/e-mail, digitalizar para Power Point, digitalizar para Excel, digitalizar para Word, anexar a um e-mail e imprimir, cloud secure print, easy scan to e-mail; compatibilidade com dispositivos móveis - AirPrint, Wi-Fi Direct; Configuração sem fio com um toque – Wi-Fi Protected Setup; interface(s) padrão – Ethermet, Wi Fi Direct, Hi-Speed USB 2.0; recursos de rede padrão: digitalizar para servidor de e-mail (download), Enviar/ receber PC-Fax, Secure Function Lock (bloqueio seguro de funções). USB frente – imprima e digitalize via USB; certificação Wi-Fi.

Cópia: Velocidade de cópia em preto carta no mínimo 25 ppm; velocidade de cópia em cores carta no mínimo 16 ppm; capacidade de cópia – monocromática, colorida; resolução de cópia no mínimo de 600x600 dpi; cópia frente e verso; cópia de documentos de identidade; funções N em 1 – 2em1/4em1; função pôster; redução/ampliação – 25% - 400%; cópia autônoma.

Scan: Digitalização 2 em 1; recursos avançados de digitalização – digitalização contínua, visualização de digitalização, 2 para 1 digitalização, alinhamento automático do alimentador, ignorar páginas em branco; serviços em nuvem – GOOGLE DRIVE/GOOGLE DRIVE, ONENOTE, BOX/BOX EVERNOTE/EVERNOTE, ONEDRIVE/ONEDRIVE DROPBOX; destinos de digitalização direta – imagem, e-mail, servidor de e-mail, FTP/SFTP, OCR, unidade de memória flash USB, dispositivos móveis, google drive, evernote/evernote for Business, DROPBOX, BOX/BOX, dentre outros.

Fax: Transmissão (número de locais) em até 250; identificação de chamadas; pronto para toque diferenciado; fax frente e verso; interface TAD externa; velocidade do fax-modem no mínimo 33,6 Kbps; memória das páginas de fax no mínimo 150; capacidade de envio de fax – monocromática e colorida; capacidade de escala cinza – mono: 8bit (256 níveis) colorido: 24bit

(8bit por cor/256 níveis); resolução máxima de fax – no mínimo 203x392 linhas/polegadas; capacidade de PC-Fax (envio/recepção); digitalização para PC.

Tratamento de papel: Capacidade de alimentador automático de documentos no mínimo de 50 páginas; capacidade máxima do alimentador automático de documentos 50; capacidade de impressão frente e verso; entrada máxima do ADF (largura x altura) 279,4/431,8 mm (11/17 pol.); tipo de mídia – comum, papel fotográfico, papel Inkjet, papel reciclado; entrada mínima do ADF (largura x altura) 105/148 mm; capacidade da bandeja multifuncional no mínimo de 100 páginas; capacidade de bandeja multiuso no mínimo 100; capacidade de saída de papel no mínimo 100 páginas; tamanhos de papel duplex – carta, ofício, duplo carta, executivo, A3, A4, A5, fólio (216x330 mm); tamanho de papel – badeja de papel – carta, envelope, oficio, duplo carta, executivo, A3/A4/A5/A6, cartão de índice (13x20 cm), envelope (COM-10), envelope (C5), envelope (DL), envelope (Monarch), fólio (216/330 mm), foto (9x13 cm), foto (10x15 cm), foto (13x18 cm); gramatura da folha – bandeja multiuso (mín./máx) 64-220 g/m², gramatura da folha – bandeja de papel 2 (mín./máx.) 64-120 g/m²; gramatura da folha – bandeja de papel (mín./máx.) 64-220 g/m²; capacidade padrão de entrada de papel no mínimo 500 páginas.

2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

2.1. A necessidade da presente aquisição se justifica por vários fatores, dentre eles a justificativa apresentada pelo setor interno de TI - Tecnologia da Informação, através de relatório técnico, que afirma a necessidade de substituição das impressoras dos setores abaixo descritos, as quais, vem apresentando problemas técnicos, impossibilitando a realização dos trabalhos de impressão dos respectivos setores, assim como, a realização dos serviços de escâner, realizado na sala de arquivos, primordial para o acervo da câmara.

Setor	Plaqueta Patrimonial	Data Aquisição
Sala de Arquivos	667	28/02/2013
Secretaria de Administração	668	28/02/2013
Assessoria Ti	735	21/05/2015
Sala de Arquivos	827	13/12/2017

2.2. Justifica-se a aquisição de 01(uma) impressora nova (item 2 do objeto), em razão da necessidade da sala de arquivos, tendo como atividade principal o escâner de todo os atos administrativos da desta Casa de Leis, trabalho este, primordial para o acervo de arquivos, o qual dever ser realizado com equipamento de resolução de qualidade, especialmente aqueles que tangem do departamento de RH, referente quadro de pessoal, os quais envolvem fotos, necessitando de resolução colorida.

2.3. Conforme orçamento realizando na empresa Antônio Paulo dos Santos Neto, CNPJ 00.904.368/0001-84, o custo para conserto da impressora colorida é de R$ 1.647,00 (um mil, seiscentos e quarenta e sete reais), incluindo frete, com três meses de garantia. O valor venal da mesma, totaliza R$ 1.372,62 (um mil, trezentos e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos), ou seja, a despesa torna inviável, em razão da depreciação acelerada da impressora em questão.

2.4. Por fim, justifica-se que a **Comissão Especial de Avaliação de Documentos de Arquivo e Digitalização de Documentos do Poder Legislativo**, nomeada pela portaria nº 030-2023, não possui condições de finalizar os escâner dos documentos que encontram-se manuscritos em livros, pois o mesmos não podem ser desfeitos e possui um tamanho maior que do papel A4, mesmo minimizando o documento o mesmo fica desconfigurado, o que leva a necessidade da impressora A3 – colorida.

2.5. Resumidamente a necessidade de substituição dos aparelhos que se encontram obsoletos ou avariados, ao passo em que o custo eventuais conserto superaria o valor patrimonial dos aparelhos; consta ainda da justificativa a necessidade de ampliação da capacidade de trabalho da comissão especial de avaliação de documentos de arquivos e digitalização de documentos do Poder Legislativo.

2.6 JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DO OBJETO:

2.6.1. Justifica-se o parcelamento do objeto, por ser tratar de 02(itens) de tipos e características diferentes, podendo ser adquiridos de fornecedores distintos, visando economizar no montante valor global da aquisição.

2.6.2. O TCU - Tribunal de Contas da União, que recomenda recomenda-se que em todas as licitações sempre que possível deverá ser realizado o parcelamento do objeto, neste caso e totalmente possível a compra por item.

3. DO JULGAMENTO:

3.1.O julgamento das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO DO ITEM.**

4. DA PARTICIPAÇÃO NOS ITENS:

4.1. Os itens **1 e 2, não são exclusivos**, para a participação de empresas beneficiadas pela Lei Complementar 123/2016 e suas alterações e Lei Municipal 663/2009.

5. DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO:

5.1. A responsabilidade do recebimento definitivo do objeto será do responsável pela secretaria de administração, juntamente com o fiscal, a ser nomeado pela administração por ato específico, mediante atestação da respectiva nota fiscal.

5.2. Os equipamentos, deverão ser novos, lacrados e selados pelo fabricante ou fornecedor, contendo as informações necessária ao seu recebimento de acordo com a legislação pertinente, de forma a garantir a completa segurança durante o transporte e a identificação de seu conteúdo; deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob responsabilidade da contratada. **SERÃO RECUSADO OS EQUIPAMENTOS QUE FOREM ENTREGUES EM DESCONFORMIDADE COM PREVISTO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

25

5.3. Não será aceito qualquer equipamento com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste termo de referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à contratada efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

5.4. Na entrega dos equipamentos, **deverão os mesmos possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses da data da entrega,** com exceção dos equipamentos que possuem garantia divergente em seu descritivo.

6. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

6.1. Os equipamentos deverão ser entregues na sede da Câmara, no endereço e horário abaixo estabelecidos:

6.1.1. **Sede da Câmara**: Rua João Batista Vidotti, nº 407, Bairro Santo Antônio, CEP 78.790-000, Itiquira, Mato Grosso. Telefone (065) 34911514 ou (065) 99447513. **Horário de expediente**: das 07 às 13 horas, de segunda a sexta feira.

6.2. A contratada se obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados contratante, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

7. DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:

7.1. O prazo para entrega dos equipamentos será de 30 (trinta) dias úteis, após a ordem de fornecimento, podendo de prorrogado a pedido oficial da Contratada.

8. DO VALOR ESTIMADO:

8.1. Estima-se o valor médio máximo desta licitação em **R$ 25.335,62** (Vinte e cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e dois centavos). Valor Médio Máximo por item: **Item 01- R$ 6.572,25** (Seis mil, quinhentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos). **Item 02 - R$ 5.618,87** (Cinco mil, seiscentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos), conforme parâmetros dispostos neste termo de referência.

Descrição do Item	Valor Unitário do Item
Item 01	6.572,25
Item 02	5.618,87

8.2. Os valores indicados neste termo de referência, correspondem à média dos preços praticados no mercado e foram apurados para efeito de estimar-se o valor do objeto em licitação, não vinculando as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendidos os fatores e critérios de julgamento estabelecidos neste ato convocatório.

8.3. Cada concorrente deverá computar no preço, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita, custo de fretes de entrega do equipamento.

8.4. A Administração poderá suprimir ou acrescer ao objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, I e § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO:

9.1. Os pagamentos serão efetuais a adjudicatária em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável do recebimento dos equipamentos, cumpridas todas as exigências do edital e seus anexos.

9.1.1 Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida, incidirá juros moratórios, em razão de 0,01% (zeros vírgula zero um por cento) ao dia de atraso, calculados em ralação ao atraso verificado.

9.2. Constatando qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento, fluirá a partir respectiva regularização.

9.3. A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.4. A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, efetuará o pagamento por meio transação bancária, na conta da contratada, preferencialmente via PIX.

9.5. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, inscrita no CNPJ 00.176.362/0001-38.

27

9.6. As despesas bancarias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

9.7. O pagamento efetuado a contratada não a isentará de suas responsabilidades vinculadas aos fornecimentos dos equipamentos, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos produtos oferecidos.

9.8. No preço a ser pago, deverão estar inclusos todas as despesas inerentes a salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, enfim, todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto da licitação.

9.9. A Câmara efetuará a retenção dos impostos locais, quando for o caso.

9.10. A contratada, para fazer jus ao pagamento, deverá apresentar comprovante de regularidade fiscal junto ao município, estado e país, além de certidão junto ao FGTS e certidão trabalhista.

9.11 O pagamento será através de transferência financeira diretamente em conta corrente em nome da empresa contratada.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

10.1. O contrato terá validade de **30 (trinta) dias úteis,** contados a partir da assinatura e ou da ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado a pedido da contratada.

10.1.1 A vigência do contrato decorrente deste certame, obedecerá ao disposto no art. 57 da lei 8666/93 e suas alterações.

11. DOS REEQUILIBRIO DO CONTRATO:

11.1. Não será aplicado reequilíbrio de preços no presente contrato, em hipótese alguma, sendo ainda vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados neste edital, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art.65 da Lei 8666/93.

> **§ 1º.** O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas oriundas dessa contratação, correrão por conta dos créditos alocados na Lei Orçamentária Anual vigente na data da contratação.

Ficha	01
Órgão	01 Câmara Municipal de Itiquira
Unidade	01 Câmara Municipal de Itiquira
Dotação	01.031.0001.1116.0000 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente. 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1. DA CONTRATADA

13.1.1. Entregar os equipamentos nas condições, prazo e local definidos neste processo, em até 30 (trinta) dias úteis após ordem de fornecimento.

13.1.2. Emitir a nota fiscal eletrônica em nome da Câmara de Itiquira, CNPJ 00.176.361/0001-38, que poderá ser encaminhada via e-mail (secretaria@itiquira.mt.leg.br ou protocolada na Câmara.

13.1.3. Providenciar a regularização, às suas expensas, no prazo de até 24 (vinte quatro) horas após notificação formal dos equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações deste edital e seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresentem vício de qualidade.

13.1.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Câmara Municipal de Itiquira-MT, no tocante ao fornecimento dos equipamentos, assim como, ao cumprimento das obrigações previstas neste edital e no Contrato.

13.1.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade quanto á entrega dos equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

13.1.6. A falta dos equipamentos cujo o fornecimento incumbe a contratada, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

13.1.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Câmara Municipal de Itiquira-MT.

13.1.8. Comunicar imediatamente à Câmara Municipal de Itiquira-MT, qualquer alteração ocorrida no endereço, e-mail ou dados bancários e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência.

13.1.9. Indenizar terceiros e/ou a CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contrata adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

13.1.10. Efetuar o fornecimento, conforme estipulado neste Termo de Referência e seus anexos e de acordo com a proposta apresentada, inclusive quanto ao local apresentado.

13.1.11. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como, pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a Câmara Municipal de Itiquira-MT de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

13.1.12. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da aquisição do objeto do edital correram por conta exclusiva da adjudicatária.

13.1.13 Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo a Câmara Municipal de Itiquira/MT adquirir quantidade inferior a o estimado, sem necessidade de anuência da signatária do Contrato.

13.2 - DA CONTRATANTE:

13.2.1. Emitir a ordem de fornecimento dos equipamentos;

13.2.2. Receber os equipamentos, nos termos, prazos, quantidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela contratada, proporcionando as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

13.2.3. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

13.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com obrigações assumidas pela contratada.

13.2.5. Efetuar o pagamento à contratada, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.6. Nenhum pagamento será efetuado a empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação.

14. DA FISCALIZAÇÃO:

14.1. Nos termos do artigo 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a Câmara Municipal de Itiquira - MT, designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

14.2. A contratante se reserva ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, dos equipamentos entregues em desacordo com as especificações.

14.3. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a Câmara.

14.4. As decisões e providências que ultrapassaram a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

14.5. A existência da fiscalização da contratante de nenhum modo diminui ou alerta a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços a serem executados.

14.6. A Câmara, poderá exigir afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha a causar embaraço à fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

15.1. A Câmara não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa vencedora do certame licitatório, referente à contratação com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato a ser celebrado.

15.2. É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial, de quaisquer direitos e/ou obrigações inerente ao contrato por qualquer das partes.

ITIQUIRA-MT, 20 de outubro de 2023

Câmara Municipal de ITIQUIRA – MT
Rosângela Batista dos Santos
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria Legislativa 87/2023

Câmara Municipal de ITIQUIRA - MT
José Carlos Batista
Vereador/Presidente

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ANEXO II –

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

À Câmara Municipal de Itiquira/MT

Comissão Permanente de Licitação

Nome de Fantasia:		
Razão Social:		
CNPJ:		**Optante pelo Simples:**
Inscrição Estadual:		**Inscrição Municipal:**
Endereço:		
Bairro:		**Cidade:**
E-mail para recebimento de notificação e intimação:		
CEP:	**Telefone:**	**Fax:**
Banco:	**Nº Conta:**	**Agência:**
Nome do Representante Legal:		
RG:		**CPF:**

Proposta que faz a empresa acima qualificada, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Itiquira/MT, de acordo com as especificações e condições constantes no edital 04/2023 – carta convite.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1 - Declaramos que estão inclusas todas as despesas necessárias à aquisição do objeto, tais como: frete de entrega na sede da Câmara, todas as demais pertinentes.

3 – Declaramos que a validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar a data da apresentação.

LOCAL/DATA

ASSINATURA

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ANEXO III -

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONFORME O DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT

(Razão Social da Empresa), estabelecida na ... (endereço completo) ..., inscrita no CNPJ sob n.º ....., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (---).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

Local e data ..... de ..... de 2023.

_____

Nome da Proponente

Nome do Representante Legal

CNPJ/MF

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

A

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA - MT

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ No _____, sediada _____(endereço completo) _____, sob as penas da lei:

Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação para o presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, especialmente que não se encontra cumprindo pena de "INDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em relação a qualquer de suas esferas Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal (art. 87, da Lei nº 8.666/93).

Declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Declara, ainda, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de funcionários, servidores públicos da ativa exercendo função de gerência, administração ou qualquer outra que lhe de poderes para decidir no âmbito da empresa ou empregado de empresas públicas ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, em atendimento a vedação disposta no item 3.4.1, alínea „c", sendo de inteira responsabilidade do Compromissário a fiscalização dessa vedação (Inciso III do art. 9º da Lei 8666/93 e inciso X s Lei complementar nº 04/90) e (Art. 17, XI, Lei 13.473/2017).

LOCAL- UF, DATA, ... de ..... de 2023.

_____

Nome:

Função na Empresa:

RG:

CPF:

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

ANEXO V

MINUTA DE CARTA DE CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO

A Câmara do Município de _____

Ref.: Edital de licitação pública modalidade de Carta Convite Nº. xx/2023 ____/_____ – TIPO MENOR PREÇO ITEM.

Nós, abaixo assinados, nomeamos e credenciamos o Sr. _____, portador(a) do R.G nº. _____/SSP_____, CPF nº _____, a nos representar junto à prefeitura do Município de _____, a fim de participar dos trabalhos de abertura das Propostas e Documentos de Habilitação para o Carta Convite xx/2023, marcado para o dia xx/xx/2023 às xx:00 horas, o (a) qual tem amplos poderes para representar a sociedade outorgante, formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

LOCAL/DATA.

Assinaturas

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA - MT

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (ltda., S.A, etc.), endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxx], inscrita no CPF sob o nº [xxxx], **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal de Itiquira-MT- 663/2009, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal 663/2009.

LOCAL-UF, ... de ..... de 2023.

_____

Nome:

Função na Empresa:

RG:

CPF:

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO FIRMADO ENTRA A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQURA-MT E A EMPRESA.....PARA FINS A QUE SE DESTINA.

Pelo presente instrumento, a **CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 00.176.362/0001-38, sediada na Rua João Batista Vidotti, N.º 407, Bairro Santo Antônio, CEP 78.790-000, Itiquira-MT, Telefone (065) 3491-1514, E-mail: secretaria@itiquira.leg.mt.br, neste ato representada pelo Vereador/Presidente Sr. **JOSÉ CARLOS BATISTA**, matrícula funcional nº 390, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa: xxxxx, Nome Fantasia: xxxxxxx, devidamente inscrita no CNPJ xxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua/AV ....., nº xxx, Bairro: xxxxxxxxx, CEP xxxxxx, Município xxxxx , Estado xxxxxxxx, representada neste ato pelo Sr(a) xxxxxxxx doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente termo de contrato, decorrente do Processo Carta Convite xx/20xx - Processo Administrativo nº xx/20xx. os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste termo de contrato, consiste na aquisição de 04(quatro) impressoras multifuncionais, para atender a demanda da Câmara Municipal de Itiquira, conforme abaixo descrito:

ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO DO OBJETO
01	03	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER – IMPRESSÃO, DIGITALIZÃO, CÓPIA E FAX, TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASER ELETRO FOTOGRÁFICO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO EM PRETO - NO MÍNIMO 52/50 PPM (CARTA/A4); RESOLUÇÃO

		DA IMPRESSÃO, NO MÍNIMO: ATÉ 1200X1200 DPI; MEMÓRIA PADRÃO: NO MÍNIMO 1 GB, VELOCIDADE DA CPU - NO MÍNIMO (PROCESSADOR) 800MHZ, QUE ATENDA MENSALMENTE UM VOLUME DE IMPRESSÃO DE NO MINÍMO: 10.000 CÓPIAS/IMPRESSÃO; CAPACIDADE DA BANDEJA DE PAPEL: NO MÍNIMO 500 FOLHAS; CAPACIDADE DE SAIDA DO PAPEL - NO MÍNIMO 250 FOLHAS; BANDEJA MULTIUSO: NO MÍNIMO 50 FOLHAS; CAPACIDADE DE IMPRESSÃO DUPLEX FRENTE/VERSO); RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO INTERPOLADA (DPI) NO MÍNIMO ATÉ 19200X19200 DPI, RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO OPTICA (DPI) DE NO MÍNIMO 1200X1200 DPI; FORMATOS (EXPORTAÇÃO) JPEG.PDF SINGLE-PAGE/MULTI-PAGE (PDF SEGURO, PDF PESQUISAVEL, PDF/A), TIFF SINGLE-PAGE/, INTERFACE DE REDE EMBUTIDA WIRELES 802.22 B/G/N, GIGABIT THERNET, HI-SPEED USB MULTI-PAGE, TXT, BMP,XML, PPTX, XPS, PNG 2.0, COMPATIBILIDADE COM O DRIVE DE IMPRESSORA WINDOWS. VOLTAGEM 127 V.
02	01	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL 120VOLTS JATO DE TINTA COLORIDA WI-FI, COM FUNÇÕES DE IMPRIMIR, COPIAR, DIGITALIZAR E FAX. IMPRESSÕES DE ATÉ TAMANHO A3; DUPLEX AUTOMÁTICO COM RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DE NO MÍNINO 4.800 X 1.200DPI, CONEXÃO DE USB 2.0, ETHERNET WIRELESS, COM CARTUCHOS DE TINTA EM ALTO RENDIMENTO E PADRÃO. VOLTAGEM: 110/127VOLTS, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE UM LADO: NO MÍNIMO, ATÉ 30PPM EM PRETO E A CORES; RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: CLASSIFICAÇÃO DE 4.800 X 1.200DPI. VELOCIDADE DE CÓPIA NO MÍNIMO DE 4 ATÉ 25/16 IPM PRETO E A CORES; RESOLUÇÃO DE COPIA NO MINIMO 3 ATÉ 600 X 600 DPI. REDUZÃO/AMPLIAÇÃO DE CÓPIA 25% - 400% EM

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"

		INCREMENTOS DE 1%. OPÇÕES DE CÓPIA: EMPILHAR, CLASSIFICAR N-EM-1, CÓPIA DE ID, AJUSTAR A PÁGINA, CÓPIA DE LIVRO APRIMORADA, CÓPIA DE MARCA DA ÁGUA, REMOÇÃO DE COR DE FUNDO, PÔSTER, DIGITALIZAR. TIPO DE ESCANER: VIDRO DISPOSIÇÃO COLORIDO. TAMANHO DA DIGITALIZAÇÃO/CÓPIA ATÉ A3, DUPLO CARTA. RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO: VIDRO: 1.200 X 1.200 DPI. VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO NO MININO ATÉ 25 IPM PRETO E A CORES. VOLTAGEM 127 V..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO /LOCAL DE ENTREGA:

2.1 - O regime de execução do respectivo termo de contrato é de forma indireta, conforme **artigo 6º, inciso VIII, alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Aquisição por item.**

2.2 LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA / RECEBIMENTO:

2.2.1. A responsabilidade do recebimento definitivo do objeto será do responsável pela secretaria de administração, juntamente com o fiscal, a ser nomeado pela administração por ato específico, assessorado pelo departamento de TI (caso julgue necessário), mediante atestação da respectiva nota fiscal.

2.2..2 Os equipamentos, deverão ser novos, lacrados e selados pelo fabricante ou fornecedor, contendo as informações necessárias ao seu recebimento de acordo com a legislação pertinente, de forma a garantir a completa segurança durante o transporte e a identificação de seu conteúdo; deverão ser entregues devidamente embalados, acondicionados e transportados com segurança e sob responsabilidade da contratada. **SERÃO RECUSADO OS EQUIPAMENTOS QUE FOREM ENTREGUES EM DESCONFORMIDADE COM PREVISTO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

2.3. Não será aceito qualquer equipamento com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste termo de referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à contratada efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.
2.4. Na entrega dos itens, **deverão os mesmos possuir garantia do fabricante de no mínimo 12 (doze) meses da data da entrega,** com exceção dos itens que possuem garantia divergente em seu descritivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE:

3.1. Os equipamentos deverão ser entregues na sede da Câmara, no endereço e horário abaixo estabelecidos:

3.1.1. Sede da Câmara: Rua João Batista Vidotti, nº 407, Bairro Santo Antônio, CEP 78.790-000, Itiquira, Mato Grosso. Telefone (065) 34911514 ou (065) 99447513. **Horário de expediente**: das 07 às 13 horas, de segunda a sexta feira.

3.2. A contratada de obriga a cumprir todas as condições e prazos fixados contratante, assim como observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:

4.1. O prazo para entrega dos materiais será de **30 (trinta) dias úteis**, após a ordem de fornecimento, podendo de prorrogado a pedido oficial da Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR GLOBAL

5.1. O valor global do presente contrato é de R$ ..... composto da seguinte forma:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Total				

40

5.2. No preço do objeto, deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita, custo de fretes de entrega do equipamento.

5.3. A Administração poderá suprimir ou acrescer ao objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, I e § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuais a adjudicatária em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo responsável do recebimento dos equipamentos, cumpridas todas as exigências do edital e seus anexos.

6.1.1. Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida, incidirá juros moratórios, em razão de 0,01% (zeros vírgula zero um por cento) ao dia de atraso, calculados em ralação ao atraso verificado.

6.2. Constatando qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento, fluirá a partir respectiva regularização.

6.3. A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

6.4. A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, efetuará o pagamento por meio transação bancária, na conta da contratada, preferencialmente via PIX.

6.5. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da A CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, inscrita no CNPJ 00.176.362/0001-38.

41

6.6. As despesas bancarias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

6.7. O pagamento efetuado a contratada não a isentará de suas responsabilidades vinculadas aos fornecimentos dos equipamentos, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos produtos oferecidos.

6.8. No preço a ser pago, deverão estar inclusos todas as despesas inerentes a salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, enfim, todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto da licitação.

6.9. A Câmara efetuará a retenção dos impostos locais, quando for o caso.

6.10. A contratada, para fazer jus ao pagamento, deverá apresentar comprovante de regularidade fiscal junto ao município, estado e país, além de certidão junto ao FGTS e certidão trabalhista.

6.11. O pagamento será através de transferência financeira diretamente em conta corrente em nome da empresa contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA– DA VIGÊNCIA E DO REEQUILIBRIO DO CONTRATO

7.1. O contrato terá vigência de 30 (trinta) dias úteis, contados da assinatura da ordem de fornecimento da Câmara, com base no art. 57 da lei 8666/93.

7.2. Não será aplicado reequilíbrio de preços no presente contrato, em hipótese alguma, sendo ainda vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados neste edital, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do art.65 da Lei 8666/93.

> **§ 1º.** O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

8.1. As despesas oriundas dessa aquisição, correrão por conta dos créditos alocados na Lei Orçamentária Anual vigente na data da contratação.

Ficha	01
Órgão	01 Câmara Municipal de Itiquira
Unidade	01 Câmara Municipal de Itiquira
Dotação	01.031.0001.1116.0000 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

	4.4.90.52.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

9.1. DA CONTRATADA

9.1.1 Entregar os equipamentos nas condições, prazo e local definidos neste processo, em até 30 (trinta) dias úteis após ordem de fornecimento;

9.1.2. Emitir a nota fiscal eletrônica em nome da Câmara de Itiquira, CNPJ 00.176.361/0001-38, que poderá ser encaminhada via e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br, ou protocolada na Câmara.

9.1.3. Providenciar a regularização, às suas expensas, no prazo de até 24 (vinte quatro) horas após notificação formal dos equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações deste edital e seus anexos e com a respectiva proposta, ou que apresentem vício de qualidade.

9.1.4 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Câmara Municipal de Itiquira-MT, no tocante ao fornecimento dos equipamentos, assim como, ao cumprimento das obrigações previstas neste edital e no Contrato.

9.1.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade quanto á entrega

9.1.6. A falta dos equipamentos cujo o fornecimento incumbe a contratada, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

9.1.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Câmara Municipal de Itiquira-MT.

9.1.8. Comunicar imediatamente à Câmara Municipal de Itiquira-MT, qualquer alteração ocorrida no endereço, e-mail ou dados bancários e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência.

9.1.9. Indenizar terceiros e/ou a CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA-MT, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contrata adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

9.1.10. Efetuar o fornecimento, conforme estipulado neste Termo de Referência e seus anexos e de acordo com a proposta apresentada, inclusive quanto ao local apresentado.

9.1.11. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como, pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a Câmara Municipal de Itiquira-MT de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

9.1.12. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da aquisição do objeto do edital correram por conta exclusiva da adjudicatária.

9.1.13. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo a Câmara Municipal de Itiquira/MT adquirir quantidade inferior a o estimado, sem necessidade de anuência da signatária do Contrato.

9.1.14. Indicar telefone, Email ou alteração de endereço, no caso de mudanças no endereço empresarial.

9.2 - DA CONTRATANTE:

9.2.1. Emitir a ordem de fornecimento dos equipamentos;

9.2.2. Receber os equipamentos, nos termos, prazos, quantidade e condições estabelecidas neste Termo de Contrato.

9.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela contratada, proporcionando as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

9.2.3. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

9.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com obrigações assumidas pela contratada.

9.2.5. Nenhum pagamento será efetuado a empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

10.1. Aplica-se, no caso de descumprimento do contrato as penalidades previstas na Lei, 8666/93.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

11.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições do direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste contrato e do termo de referência integrante do processo de contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS DE RESCISÃO

12.1. Ficará o presente contrato rescindido, a juízo a administração, mediante formalização assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos elencado nos artigos 77, 78 e 79 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

13.1. O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

13.1.1. Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos;

13.1.1.1. Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

13.1.1.2. Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

13.1.2. Por acordo das partes;

13.1.2.1. Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação dos serviços;

13.2. Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS:

14.1. Aplica-se ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos, a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO:

15.1. A contratada deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

São condições gerais deste contrato:

16.1. Tratamento de Dados Pessoais. A Partes reconhecem que, em razão do objeto deste Contrato, realizarão atividades de tratamento de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis ("Dados Pessoais") e declaram que, no contexto do desempenho de

suas obrigações contratuais, cumprirão toda a legislação aplicável tal tratamento, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709/2018;

16.2. Agente de tratamento. As Partes concordam que, no âmbito da execução do Contrato, a **CONTRATANTE** atuará como controladora dos Dados Pessoais e a **CONTRATADA** atuará como operadora, nos termos da legislação aplicável.

16.3. Finalidade de tratamento. A **CONTRATADA** somente poderá tratar os Dados Pessoais a que tenha acesso em razão de suas atribuições sob o Contrato com o objetivo exclusivo de alcançar as finalidades diretamente relacionadas à execução do seu objeto e ao cumprimento das suas obrigações contratuais, sendo vedado o tratamento de Dados Pessoais para quaisquer outras finalidades não expressamente previstas neste Contrato.

16.4. Qualquer tratamento de Dados Pessoais realizado pela Contratada que extrapole as finalidades previstas neste Contrato e o escopo das instruções fornecidas pela **CONTRATANTE** é proibido e será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA,** obrigando-se a **CONTRATADA** a indenizar a **CONTRATANTE** por todo e qualquer dano e prejuízo eventualmente causado à **CONTRATANTE** e a terceiros em razão de tal tratamento não autorizado. Caso a **CONTRATADA** precise de qualquer porção dos Dados Pessoais tratados no âmbito deste Contrato para cumprir obrigações legais ou regulatórias a que esteja sujeita ou para exercer seus direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais existentes, deverá informar tais necessidades à **CONTRATANTE**, por escrito e de forma detalhada, com razoável antecedência em relação à realização do tratamento almejado.

16.5. A **CONTRATADA** deverá prontamente notificar a **CONTRATANTE** por escrito caso: **(i)** entenda que qualquer instrução fornecida pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** contraria a legislação aplicável à proteção dos Dados Pessoais tratados no âmbito deste Contrato; **(ii)** exista qualquer fato ou situação específica que razoavelmente impeça a **CONTRATADA** de cumprir quaisquer de suas obrigações previstas no Contrato e/ou na legislação aplicável no contexto do tratamento dos Dados Pessoais sob este Contrato; e **(iii)** caso seja acionada judicial ou administrativamente em relação ao tratamento dos Dados Pessoais realizado sob este contrato.

16.6. Compartilhamento. A **CONTRATADA** não poderá compartilhar quaisquer Dados Pessoais tratados no âmbito deste Contrato com quaisquer terceiros. No entanto, a **CONTRATANTE** poderá autorizar certos compartilhamentos com terceiros nas hipóteses em que se fizerem necessários para o cumprimento do Contrato pela **CONTRATADA**, autorizações estas que deverão ser feitas por escritos e não poderão ser presumidas.

16.7. Caso a **CONTRATADA** compartilhe dados pessoais tratados sob este Contrato com terceiros, a **CONTRATADA** **(i)** permanecerá integralmente responsável perante a **CONTRATANTE** pelas obrigações previstas neste contrato, inclusive no contexto de eventual tratamento de dados pessoais realizados por terceiros em seu nome; e **(ii)** deverá impor aos terceiros por ela selecionados condições de proteção de Dados Pessoais e segurança da informações no mínimo que sejam equivalentes às presentes neste Contrato.

16.8. Segurança e Governança. A **CONTRATADA** se compromete a aplicar medidas técnicas e organizacionais de segurança da informação e governança corporativa aptas a proteger os dados pessoais tratados no âmbito do Contrato. Para tanto, a **CONTRATADA** declara e garante que dispõe de medidas, processos, controles e políticas de segurança e governança apropriadas à proteção dos Dados Pessoais tratados em razão deste Contrato e compatíveis com a legislação aplicável, incluindo, sem limitação, a adoção apropriadas salvaguardas administrativas, técnicas e físicas para a proteção dos Dados Pessoais contra incidentes de qualquer natureza;

16.9. Incidentes. Caso a **CONTRATADA** tenha conhecimento da ocorrência ou mera suspeita de qualquer tratamento de Dados Pessoais não autorizado, indevido e/ou incompatível com a legislação aplicável ou com os termos deste Contrato, acidental ou doloso, incluindo, sem limitação, acessos ou compartilhamentos não autorizados e quaisquer tipos de incidentes de segurança da informação (qualquer destes eventos será considerado, para os fins deste contrato, um "Incidente"), ela deverá, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas contadas da ciência da ocorrência ou suspeita do incidente, notificar a **CONTRATANTE** por escrito e de forma detalhada sobre tal Incidente, com a apresentação à EMPRESA de todas as informações e detalhes disponíveis sobre tal Incidente.

16.10. Auditoria. Durante a vigência do Contrato e por até três anos após o seu término, será facultado à **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério, realizar auditorias, por si ou por terceiros por ela indicados, nos documentos ou no ambiente de controle de segurança da informação (físico e digital) da **CONTRATADA** para verificar as medidas e controles de segurança da informação aplicados pela **CONTRATADA** com objetivo de avaliar o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato e na legislação aplicável pela **CONTRATADA**. Para tanto, a **CONTRATADA** disponibilizará à **CONTRATANTE** toda a documentação e acesso necessário para demonstrar cumprimento às obrigações previstas no Contrato e na legislação aplicável.

16.11. Caso a auditoria realizada pela **CONTRATANTE** ou o relatório de auditoria entregue pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** revele alguma inadequação em relação à legislação

aplicável e/ou aos termos deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá rescindir o Contrato, sem prejuízo da **CONTRATADA** arcar com todos os custos incorridos na realização da auditoria, sejam os vícios sanáveis ou não.

16.12. Propriedade de Resultados. Nada neste Contrato deve ser considerado como cessão ou transferência da propriedade da base de dados da **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, sendo certo que todas e quaisquer informações resultantes do tratamento de Dados Pessoais realizado pela **CONTRATADA** sob este Contrato, incluindo quaisquer inferências geradas a partir de um Dado Pessoal serão de propriedade exclusiva da **CONTRATANTE**.

16.13. Exercício de Direitos por Titulares. Caso alguma pessoa a quem se refere qualquer porção dos Dados Pessoais tratados sob este Contrato (um "Titular") questione a **CONTRATADA** sobre o tratamento de seus Dados Pessoais realizado pelas Partes e/ou solicite o exercício de quaisquer de seus direitos previstos na legislação aplicável, a **CONTRATADA** deverá se abster de responder ao Titular diretamente e deverá imediatamente informar tal fato à **CONTRATANTE**, por escrito. A **CONTRATADA** deverá tomar apenas as medidas indicadas pela **CONTRATANTE** para auxiliá-la no atendimento de tais requisições nos termos da legislação aplicável.

49

16.14. Exclusão dos Dados. A **CONTRATADA** deverá, a exclusivo critério da **CONTRATANTE,** restituir ou eliminar os Dados Pessoais tratados no âmbito deste Contrato após **(i)** serem cumpridas as finalidade de tratamento dos Dados Pessoais previstas sob este Contrato; ou **(ii)** ser terminada a relação contratual entre as Partes; ou **(iii)** o recebimento de instrução especifica da **CONTRATANTE** para a exclusão de Dados Pessoais pela **CONTRATADA.**

16.15. **Responsabilidade e Indenização.** A **CONTRATADA** será responsável, por si e por seus Colaboradores, pelo tratamento de Dados Pessoais realizado no âmbito do Contrato, devendo manter a **CONTRATANTE** livre de quaisquer responsabilidades, danos ou prejuízos, diretos e indiretos, decorrentes de qualquer operação de tratamento de Dados Pessoais realizada em desacordo com o Contrato ou com a legislação aplicável, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato por inadimplemento. As Partes acordam que eventual limitação de responsabilidade prevista no Contrato não se aplica a qualquer violação, pela **CONTRATADA**, das obrigações relacionadas à proteção de Dados Pessoais assumidas neste Contrato ou previstas na legislação aplicável.

16.16. Havendo responsabilização, dano ou prejuízo suportado pela **CONTRATANTE** em razão de qualquer descumprimento, por ação ou omissão, de obrigações legais, regulatórias ou

contratuais relacionada à proteção dos Dados Pessoais tratados no âmbito deste Contrato pela **CONTRATADA**, incluindo sanções administrativas e condenações em processos judiciais ou arbitrais, deverá a **CONTRATANTE** ser indenizada pela **CONTRATADA** no valor integral das perdas e danos sofridos, incluindo valores com eventuais condenações, acordos, termos de ajuste de conduta, custas processuais, honorários advocatícios, honorários periciais e demais despesas decorrentes direta ou indiretamente de tal descumprimento pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DO FORO:

17.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itiquira – MT, com renuncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Itiquira-MT; xx de xxxxxx de 20xx.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
José Carlos Batista
Vereador/Presidente
2023/2024
CONTRATANTE

Representante Legal da Empresa
CONTRATADA
TESTEMUNHAS:

Nome
CPF

Nome
CPF

Rua João Batista Vidotti 407 - Bairro Santo Antonio - Itiquira-MT
Telefone: (65) 3491-1514 - e-mail: secretaria@itiquira.mt.leg.br
"Plenário Adelino de Souza Campos"